VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Informações Trimestrais >

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

Comentário do Desempenho 17

Notas Explicativas 27

Pareceres e Declarações 06

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 07

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 08

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 10

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 11

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 12

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 05

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 16

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 14

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 15

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 52

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 53

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	735.074
Preferenciais	0
Total	735.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Renda Bruta	
Data da apuração	01/07/2026
Receita Bruta Consolidada	0
Data da apuração (comparativa)	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.509.185	1.341.255
1.01	Ativo Circulante	1.034.042	393.132
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	490.885	283.808
1.01.02	Aplicações Financeiras	456.795	50.166
1.01.03	Contas a Receber	49.970	43.473
1.01.03.01	Clientes	48.637	41.573
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.333	1.900
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	1.333	1.900
1.01.04	Estoques	7.044	8.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.995	4.790
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.995	4.790
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	2.702	51
1.01.06.01.02	Tributos a Recuperar	4.293	4.739
1.01.07	Despesas Antecipadas	22.199	2.651
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.567	2.535
1.01.07.02	Adiantamentos a Fornecedor	18.632	116
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	154	180
1.02	Ativo Não Circulante	1.475.143	948.123
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	233.711	193.676
1.02.01.07	Tributos Diferidos	148.857	126.284
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	148.857	126.284
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	969	410
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	83.885	66.982
1.02.01.10.03	Depósito Judicial	123	36
1.02.01.10.04	Conta da Concessão Restrita	83.762	66.946
1.02.03	Imobilizado	48.907	47.786
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.877	39.066
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.030	8.720
1.02.04	Intangível	1.192.525	706.661
1.02.04.01	Intangíveis	1.192.525	706.661
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	468.907	461.654
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	723.618	245.007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.509.185	1.341.255
2.01	Passivo Circulante	415.057	291.760
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.337	14.360
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.337	14.360
2.01.02	Fornecedores	68.241	38.036
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.206	23.983
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	16.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	16.958
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9.206	7.025
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.335	3.789
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.335	3.789
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	5.335	3.789
2.01.05	Outras Obrigações	88.954	72.339
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	386	995
2.01.05.02	Outros	88.568	71.344
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	814	814
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	1.248	1.193
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	533	700
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	85.973	68.637
2.01.06	Provisões	228.984	139.253
2.01.06.02	Outras Provisões	228.984	139.253
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	228.984	139.253
2.02	Passivo Não Circulante	1.229.388	229.466
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.023.864	5.879
2.02.01.02	Debêntures	1.017.000	0
2.02.01.02.01	Em Moeda Nacional	1.017.000	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	6.864	5.879
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	6.864	5.879
2.02.04	Provisões	205.524	223.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.028	288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	662	58
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	366	230
2.02.04.02	Outras Provisões	204.496	223.299
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	204.496	223.299
2.03	Patrimônio Líquido	864.740	820.029
2.03.01	Capital Social Realizado	735.074	735.074
2.03.04	Reservas de Lucros	129.666	84.955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	383.205	930.952	228.254	655.691
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-327.379	-782.707	-196.373	-600.691
3.03	Resultado Bruto	55.826	148.245	31.881	55.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.052	-46.887	-15.090	-53.446
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.838	-46.799	-15.313	-53.905
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22	148	223	518
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-236	-236	0	-59
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.774	101.358	16.791	1.554
3.06	Resultado Financeiro	-26.081	-34.890	9.065	30.534
3.06.01	Receitas Financeiras	17.205	34.729	14.088	41.852
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.286	-69.619	-5.023	-11.318
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.693	66.468	25.856	32.088
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.860	-21.757	-8.735	-10.912
3.08.01	Corrente	-4.472	-44.330	-23.927	-56.692
3.08.02	Diferido	-388	22.573	15.192	45.780
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.833	44.711	17.121	21.176
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.833	44.711	17.121	21.176
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0134	0,0608	0,0233	0,0288

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	9.833	44.711	17.121	21.176
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.833	44.711	17.121	21.176

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	155.993	192.466
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	321.977	299.114
6.01.01.01	Resultado do período	44.711	21.176
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	73.856	79.967
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-22.573	-45.780
6.01.01.04	Despesa (receita) financeira dos ajustes a valor presente s/provisão de manutenção	36.397	7.830
6.01.01.05	Despesa financeira - juros arrendamento mercantil	807	679
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.258	366
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	123.440	178.112
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	225	14
6.01.01.09	Baixa de ativos permanentes	747	58
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social correntes	44.330	56.692
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de debêntures	18.779	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-165.984	-106.648
6.01.02.01	Contas a receber	-7.064	-14.631
6.01.02.02	Outras contas a receber	567	-1.552
6.01.02.03	Estoques	1.020	-880
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.591	-3.750
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-2.205	-2.495
6.01.02.06	Outros créditos	26	-262
6.01.02.07	Adiantamentos a fornecedores	-18.516	452
6.01.02.08	Depósitos judiciais	-87	-10
6.01.02.09	Fornecedores	-86.250	-46.037
6.01.02.10	Outras contas a pagar - partes relacionadas	-609	-97
6.01.02.11	Obrigações sociais	-23	3.686
6.01.02.12	Obrigações fiscais	-6.066	-8.189
6.01.02.13	Credores pela concessão	17.336	18.839
6.01.02.14	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-743	-166
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	55	94
6.01.02.16	Outras contas a pagar	-167	557
6.01.02.17	Pagamento de juros sobre arrendamentos	-672	-634
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-56.422	-51.573
6.01.02.19	Custo de transação - debêntures	-4.573	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-946.802	-161.695
6.02.01	Conta da Concessão restrita	-16.816	-18.098
6.02.02	Aplicação financeira	-406.629	163.842
6.02.03	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-4.860	-10.273
6.02.04	Aquisições de itens do intangível e infraestrutura em construção	-518.497	-297.166
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	997.886	-3.249
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-2.114	-3.249
6.03.02	Captação de dêbentures	1.000.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	207.077	27.522

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283.808	198.277
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	490.885	225.799

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	735.074	4.288	80.667	0	0	820.029
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	735.074	4.288	80.667	0	0	820.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.711	0	44.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.711	0	44.711
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	735.074	4.288	80.667	44.711	0	864.740

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	735.074	1.700	31.983	0	0	768.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	735.074	1.700	31.983	0	0	768.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.176	0	21.176
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.176	0	21.176
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	735.074	1.700	31.983	21.176	0	789.933

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	976.113	695.864
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	487.296	458.122
7.01.02	Outras Receitas	488.817	237.742
7.01.02.01	Receitas Acessórias	851	239
7.01.02.02	Receita dos Serviços de Construção	485.024	236.985
7.01.02.03	Outras Receitas	148	518
7.01.02.04	Juros Capitalizados	2.794	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-695.130	-515.583
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.549	-22.952
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.749	-39.006
7.02.04	Outros	-646.832	-453.625
7.02.04.01	Custo de Construção	-485.024	-236.985
7.02.04.02	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-123.440	-178.112
7.02.04.03	Outros	-7.536	-7.463
7.02.04.04	Custos da Concessão	-30.832	-31.065
7.03	Valor Adicionado Bruto	280.983	180.281
7.04	Retenções	-73.856	-79.967
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.856	-79.967
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	207.127	100.314
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.729	41.852
7.06.02	Receitas Financeiras	34.729	41.852
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	241.856	142.166
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	241.856	142.166
7.08.01	Pessoal	60.285	58.670
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.451	48.164
7.08.01.02	Benefícios	8.266	8.067
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.568	2.439
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.792	52.800
7.08.02.01	Federais	42.343	29.834
7.08.02.02	Estaduais	0	14
7.08.02.03	Municipais	24.449	22.952
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.068	9.520
7.08.03.01	Juros	21.573	0
7.08.03.02	Aluguéis	417	380
7.08.03.03	Outras	48.078	9.140
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.711	21.176
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.711	21.176


RELEASE DE
RESULTADOS
3° TRIMESTRE
2026
ri.viaaraucaria.com.br
via araucária

Curitiba, 12 de novembro de 2026 – A Administração da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Via Araucária”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no período encerrado em 30 de setembro de 2026.

As informações contábeis aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Companhia

A Via Araucária é a concessionária responsável pela gestão da infraestrutura e pela prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação, monitoramento, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e garantia dos níveis de serviço do Sistema Rodoviário do Lote 01, conforme o Edital nº 01/2023, sob concessão do Governo do Estado do Paraná, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O contrato de concessão possui prazo de 30 anos, com término previsto para 2054, abrangendo a administração de 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais, incluindo as BRs 277, 373, 376 e 476 e as PRs 418, 423 e 427. O trecho concedido compreende segmentos estratégicos da malha rodoviária, como os Contornos Norte e Sul de Curitiba, conexões da Região Metropolitana de Curitiba e a ligação entre a capital e o município de Guarapuava, no Centro-Sul do Estado.

As rodovias sob concessão atravessam 18 municípios das regiões Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais e Centro-Sul, integrando um importante corredor logístico que conecta o Porto de Paranaguá à Região Metropolitana de Curitiba e à fronteira com o Paraguai, por meio da Ponte da Amizade. O sistema conta com praças de pedágio localizadas nos municípios de São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).

Principais eventos

Obras em andamento

A Concessionária deu continuidade às frentes de modernização e melhoria da infraestrutura previstas em seu contrato de concessão, com atividades voltadas ao desenvolvimento, licenciamento e aprovação dos projetos previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), abrangendo intervenções de ampliação de capacidade, duplicações e melhorias operacionais em trechos estratégicos das rodovias sob sua administração.

Durante o período, foram realizadas diversas intervenções de manutenção e recuperação da infraestrutura rodoviária, incluindo serviços de fresagem e recomposição de pavimento, drenagem, sinalização vertical e horizontal, pavimento rígido e ações de contenção e estabilização de taludes em diferentes segmentos do trecho concedido.

Operação

A Companhia manteve o foco na segurança viária, na qualidade dos serviços prestados aos usuários e na execução do plano de investimentos previsto no contrato de concessão.

A Via Araucária manteve operação ininterrupta ao longo de toda a malha concedida, com equipes atuando 24 horas por dia em atividades de inspeção de tráfego, atendimento mecânico, socorro médico, remoção de veículos e monitoramento das condições de circulação.

Captação de debêntures

Em agosto de 2026, a Companhia emitiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R$ 1 bilhão. A oferta pública foi registrada sob

o rito automático de distribuição perante a CVM em 7 de agosto de 2026 e teve seu encerramento divulgado por meio de anúncio publicado no site de Relações com Investidores da Companhia. Os recursos captados serão destinados ao financiamento das atividades e investimentos previstos no contrato de concessão.

Reajuste tarifário

Em 28 de agosto de 2026, iniciou a cobrança com reajuste no valor da tarifa nas cinco praças de pedágio da Via Araucária. A medida estabelecida em contrato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e publicada em Diário Oficial da União no dia 03 de agosto de 2026, atualizou valores de tarifas com base na inflação, em fatores técnicos e econômicos, com a Aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário (IRT), representando um percentual de 4,64% correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Tarifa Básica de Pedágio aprovada a ser praticada nas Praças de Pedágio:

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem praticados (R$)				
				Praça 1	Praça 2	Praça 3	Praça 4	Praça 5
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	9,80	12,30	11,50	11,30	12,90
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	19,60	24,60	23,00	22,60	25,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	1,5	14,70	18,45	17,25	16,95	19,35
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	3	3,0	29,40	36,90	34,50	33,90	38,70
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	19,60	24,60	23,00	22,60	25,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	4,0	39,20	49,20	46,00	45,20	51,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	5,0	49,00	61,50	57,50	56,50	64,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	6,0	58,80	73,80	69,00	67,80	77,40
9	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	7	7,0	68,60	86,10	80,50	79,10	90,30
10	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	8	8,0	78,40	98,40	92,00	90,40	103,20
11	Motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas moto	-	-	-	-	-	-	-
12	Ambulâncias, veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-	-	-	-

Desempenho operacional e financeiro

Operacional

Tráfego pedagiado

O desempenho de tráfego é acompanhado por meio de veículos equivalentes (VE), que considera a equivalência entre veículos leves e pesados com base em seu impacto na infraestrutura viária e no fluxo operacional.

Desempenho	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Veículos equivalentes (mil)	**16.253**	**16.735**	**(2,9%)**	**48.634**	**48.829**	**(0,4%)**
Veículos leves	3.625	3.537	2,5%	11.454	11.242	1,9%
Veículos pesados	12.628	13.198	(4,3%)	37.180	37.587	(1,1%)

A Companhia registrou um tráfego de 16,3 milhões de veículos equivalentes no 3T26, que representa uma variação de 0,5 milhões de veículos equivalentes, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O

volume de veículos equivalentes registrado evidencia o comportamento do tráfego total, considerando a ponderação entre veículos leves e pesados, refletindo o tráfego ao longo do trecho concedido.

No 9M26 o tráfego registrado foi de 48,6 milhões de veículos equivalentes frente a 48,8 milhões no 9M25, representando uma variação de 0,2 milhões de veículos equivalentes.

Fluxo de veículos aplicado pelo fator de equivalência

Durante os períodos analisados, observa-se uma predominância do volume de veículos pesados quando comparado ao volume de veículos leves, o que caracteriza um perfil de tráfego mais voltado ao transporte de cargas e operações logísticas. Esse comportamento é consistente com a vocação econômica da região atendida pela Concessionária, que possui forte presença do setor agropecuário e industrial.

Leves				Pesados			
3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
22,3%	21,1%	24,2%	24,0%	77,7%	78,9%	75,8%	76,0%

Financeiro

Receita

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Receitas de pedágio	164.708	159.250	3,4%	487.296	458.122	6,4%
Receitas acessórias	571	87	556,3%	851	239	256,1%
Receitas de construção	232.217	82.699	180,8%	485.024	236.985	104,7%
Receita bruta	**397.496**	**242.036**	**64,2%**	**973.171**	**695.346**	**40,0%**
(-) Receitas de construção	(232.217)	(82.699)	180,8%	(485.024)	(236.985)	104,7%
Receita bruta ajustada [1]	**165.279**	**159.337**	**3,7%**	**488.147**	**458.361**	**6,5%**
Deduções	(14.291)	(13.782)	**3,7%**	**(42.219)**	**(39.655)**	**6,5%**
Receita líquida ajustada[1]	**150.988**	**145.555**	**3,7%**	**445.928**	**418.706**	**6,5%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Receitas de pedágio

A receita de pedágio é a principal fonte de geração de caixa da Companhia, refletindo o desempenho operacional dos trechos administrados, o fluxo de veículos e o reajuste tarifário.

No 3T26, a receita de pedágio apresentou uma variação positiva de R$5,5 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. No acumulado do 9M26 comparado ao 9M25, a receita de pedágio apresentou uma variação positiva de R$29,2 milhões. O desempenho da receita reflete a estabilidade nas operações de arrecadação, a eficiência dos sistemas eletrônicos implantados e a adesão crescente aos meios automáticos de pagamento, que contribuem para maior fluidez no tráfego e redução de evasões.

Receitas acessórias

No 3T26, as receitas acessórias totalizaram R$571 mil, registrando um aumento em relação aos R$87 mil apurados no 3T25. No acumulado dos noves meses, as receitas acessórias atingiram R$851 mil no 9M26, ante R$239 mil no 9M25. A receita acessória gera valor adicional oriundo da exploração da faixa de domínio da concessionária.

Receitas de construção

As receitas de construção acompanham os investimentos realizados em serviços de restauração, instalação e recuperação da infraestrutura. É uma representação contábil, que a contrapartida está demonstrada na rubrica de custo dos serviços de construção, eliminando seu efeito no resultado.

Custos e despesas

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Com pessoal	(20.498)	(18.758)	9,3%	(60.285)	(58.669)	2,8%
Serviços de terceiros	(7.100)	(7.314)	(2,9%)	(21.673)	(32.981)	(34,3%)
Conservação e manutenção	(5.973)	(6.811)	(12,3%)	(18.151)	(21.568)	(15,8%)
Consumo	(1.219)	(1.408)	(13,4%)	(4.027)	(3.035)	32,7%
Transportes	(1.538)	(1.919)	(19,9%)	(5.156)	(4.879)	5,7%
Seguros / Garantias	(1.005)	(1.090)	(7,8%)	(3.291)	(3.298)	(0,2%)
Comunicação e *marketing*	(62)	(104)	(40,4%)	(300)	(220)	36,4%
Publicações legais	(1)	(5)	(80,0%)	(7)	(8)	(12,5%)
Contingências	188	(227)	(182,8%)	(1.258)	(366)	243,7%
Outras despesas operacionais	(1.640)	(1.656)	(1,0%)	(4.000)	(5.151)	(22,3%)
Outras despesas diversas	(449)	(477)	(5,9%)	(1.413)	(1.568)	(9,9%)
Custos e despesas gerais e administrativas	**(39.297)**	**(39.769)**	**(1,2%)**	**(119.561)**	**(131.743)**	**(9,2%)**
Verba de fiscalização	(3.641)	(3.422)	6,4%	(10.797)	(10.078)	7,1%
Retenção contratual	(5.057)	(4.776)	5,9%	(14.733)	(17.586)	(16,2%)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(552)	(125)	341,6%	(2.095)	(125)	1576,0%
Depreciação e amortização	(24.075)	(27.469)	(12,4%)	(73.856)	(79.967)	(7,6%)
Custos e despesas operacionais ajustados [1]	**(72.622)**	**(75.561)**	**(3,9%)**	**(221.042)**	**(239.499)**	**(7,7%)**
Custos de serviços da construção	(232.217)	(82.699)	180,8%	(485.024)	(236.985)	104,7%
Provisão de manutenção	(37.378)	(53.426)	(30,0%)	(123.440)	(178.112)	(30,7%)
Custos e despesas operacionais	**(342.217)**	**(211.686)**	**61,7%**	**(829.506)**	**(654.596)**	**26,7%**

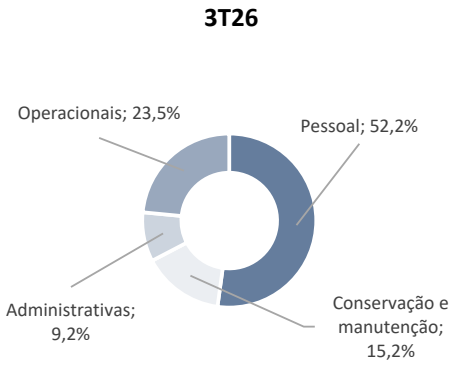
[1] Desconsidera os impactos do ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão

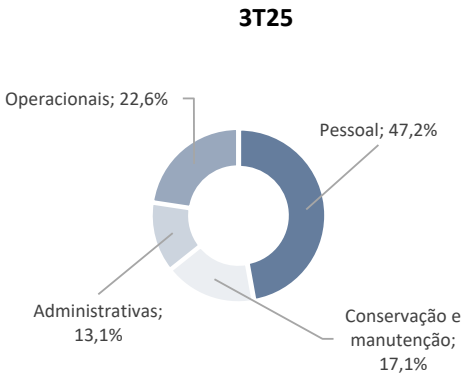
Os custos e despesas operacionais contemplam os gastos necessários para a operação, conservação, manutenção e administração da concessão, incluindo despesas com pessoal, serviços de terceiros, conservação da rodovia e demais custos relacionados à prestação dos serviços aos usuários.

No 3T26, os custos e despesas operacionais administráveis totalizaram R$39,3 milhões, apresentando uma redução de R$472 mil em comparação aos R$39,8 milhões registrados no 3T25. No acumulado 9M26, somaram R$119,6 milhões, ante R$131,7 milhões no 9M25, uma redução de R$12,2 milhões na comparação anual. A variação reflete principalmente o nível de atividade operacional, acompanhando a maturação da concessão e as necessidades de manutenção e atendimento aos níveis de serviço exigidos pelo contrato.

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico abaixo demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.





EBITDA e Margem EBITDA

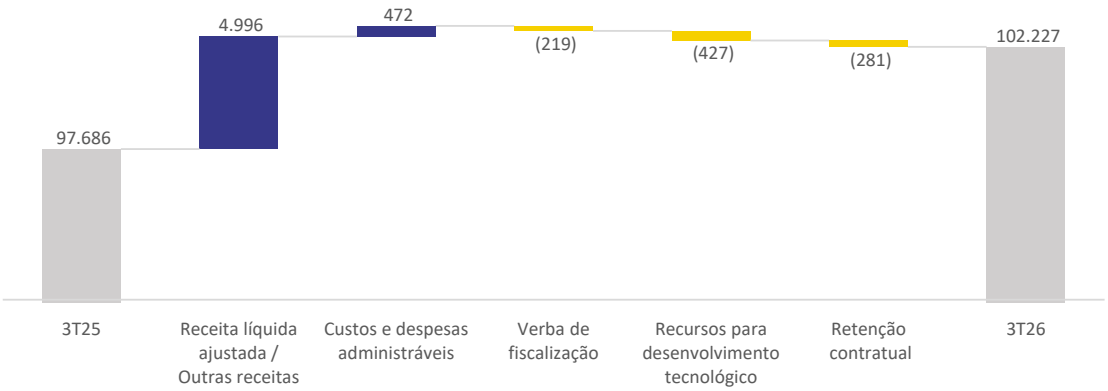
R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Resultado líquido	9.833	17.121	(42,6%)	44.711	21.176	111,1%
(+) Depreciação e amortização	24.075	27.469	(12,4%)	73.856	79.967	(7,6%)
(+) Resultado financeiro	26.081	(9.065)	(387,7%)	34.890	(30.534)	(214,3%)
(+) IRPJ e CSLL	4.860	8.735	(44,4%)	21.757	10.912	99,4%
EBITDA[1]	**64.849**	**44.260**	**46,5%**	**175.214**	**81.521**	**114,9%**
Margem EBITDA[2]	*42,9%*	*30,4%*	*41,2%*	*39,3%*	*19,5%*	*101,8%*
(+) Provisão de manutenção em rodovias	37.378	53.426	(30,0%)	123.440	178.112	(30,7%)
EBITDA ajustado[3]	**102.227**	**97.686**	**4,6%**	**298.654**	**259.633**	**15,0%**
Margem EBITDA ajustada	*67,7%*	*67,1%*	*0,9%*	*67,0%*	*62,0%*	*8,0%*

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).
2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas e Custos de Construção.
3: Desconsidera os impactos relativos a provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01)

No 3T26, o EBITDA ajustado apresentou uma variação positiva de R$4,5 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior. A variação apresentada no acumulado do 9M26 frente ao 9M25 foi de R$39 milhões.

O EBITDA da Companhia reflete a evolução do resultado operacional, influenciado principalmente pelo desempenho da receita de pedágio, impulsionado principalmente pelo reajuste tarifário.

Variação do EBITDA Ajustado (R$ Mil)



Resultado Financeiro

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Receitas financeiras	**17.205**	**14.088**	**22,1%**	**34.729**	**41.852**	**(17,0%)**
Aplicações financeiras	17.203	14.081	22,2%	34.566	41.842	(17,4%)
Outras receitas	2	7	(71,4%)	163	10	1530,0%
Despesas financeiras	**(43.286)**	**(5.023)**	**761,8%**	**(69.619)**	**(11.318)**	**515,1%**
Tributos s/receitas financeiras	(800)	(655)	22,1%	(1.615)	(1.946)	(17,0%)
Outras despesas	(11.436)	(215)	5219,1%	(12.021)	(863)	1292,9%
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(12.271)	(4.153)	195,5%	(37.204)	(8.509)	337,2%
Encargos financeiros - debêntures	(18.779)	-	-	(18.779)	-	-
Resultado financeiro	**(26.081)**	**9.065**	**(387,7%)**	**(34.890)**	**30.534**	**(214,3%)**

No 3T26, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma despesa de R$26,1 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma despesa de R$13,8 milhões. Em relação ao 3T25, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R$9,1 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$13,2 milhões.

No 9M26, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma despesa de R$34,9 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$2,3 milhões. Em relação ao 9M25, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R$30,5 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$39 milhões.

O resultado financeiro é composto, principalmente, pelos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos disponíveis, líquidos dos tributos incidentes, pelos encargos financeiros das debêntures, atualizados pela variação do CDI, e pelos efeitos do ajuste a valor presente e da atualização monetária da provisão de manutenção.

Imposto de renda e contribuição social

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Corrente	(4.472)	(23.927)	(81,3%)	(44.330)	(56.692)	(21,8%)
Diferido	(388)	15.192	(102,6%)	22.573	45.780	(50,7%)
IR e CS	**(4.860)**	**(8.735)**	**(44,4%)**	**(21.757)**	**(10.912)**	**99,4%**

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes apurados nos períodos refletem o resultado contábil apurado, considerado o regime de lucro real anual no 3T26 e lucro real trimestral no 3T25, conforme a legislação vigente aplicável.

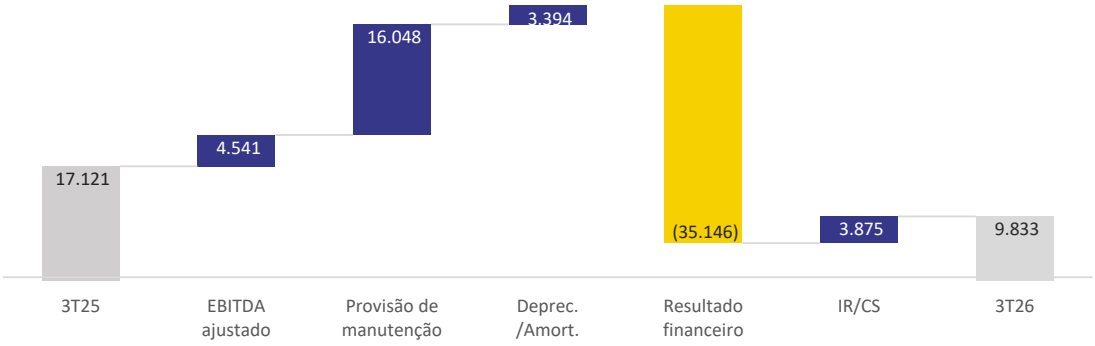
A Companhia reconheceu valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes principalmente de diferenças temporárias entre a apuração contábil e fiscal de determinadas receitas e despesas, conforme previsto pelas normas contábeis aplicáveis.

Resultado do período

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Resultado do período	9.833	17.121	(42,6%)	44.711	21.176	111,1%

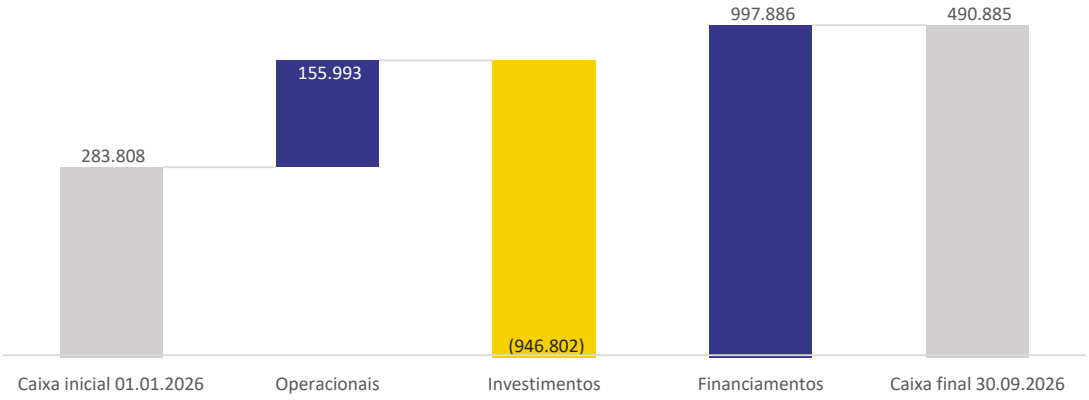
A Via Araucária apresentou um lucro líquido de R$9,8 milhões no 3T26 frente ao lucro líquido de R$17,1 milhões do 3T25, apresentando uma variação de R$7,3 milhões. No acumulado do 9M26 em comparação ao 9M25 a variação apresentada foi de R$23,5 milhões.

Variação do resultado



Fluxo de caixa

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi de R$490,9 milhões, classificados como recursos de alta liquidez.



O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo de R$156 milhões, sustentado pelo desempenho da receita de pedágio.

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou R$946,8 milhões, concentrado principalmente na continuidade das obras e melhorias obrigatórias previstas em contrato, além da manutenção dos ativos existentes.

O fluxo de caixa das atividades de financiamentos totalizou R$998 milhões, que registraram a captação das debêntures (conforme nota explicativa 19) e saídas relacionadas aos arrendamentos mercantis.

O saldo final de conta corrente restrita da Companhia em 30 de setembro de 2026 foi de R$83,8 milhões (R$66,9 milhões em 31 de dezembro de 2025), que se refere ao aporte contratual obrigatório, as retenções contratuais sobre toda receita adicionado ao rendimento desta conta, essas operações são realizadas em conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, sendo certo que, no ato de sua constituição, foi outorgados poderes para a movimentação da conta, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato.

Recursos vinculados

A **Conta Centralizadora** e as **Contas da Concessão** (Conta de Ajuste e Conta de Retenção) são de titularidade da Concessionária e movimentadas exclusivamente pelo Banco Depositário, conforme previsto no contrato de administração do Mecanismo de Contas. Todos os encargos e taxas relacionados à contratação do Banco Depositário são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

Em conformidade com as obrigações estabelecidas no contrato de concessão firmado entre a Companhia e a ANTT, todos os recursos provenientes da Remuneração do Sistema Rodoviário são depositados diretamente na Conta Centralizadora. Com isso definido, 3% da receita bruta recebida na Conta Centralizadora é direcionada às Contas da Concessão, sob gestão exclusiva do Banco Depositário, nos termos do contrato do Mecanismo de Contas.

Essa estrutura opera sem qualquer intercorrência e assegura total transparência, garantindo o cumprimento rigoroso das normas contratuais e regulatórias aplicáveis ao Mecanismo de Contas.

Investimentos

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Investimentos	232.217	82.699	180,8%	485.024	236.985	104,7%

No 3T26, a Companhia deu continuidade à execução dos investimentos previstos de recuperação em pavimento, terraplenos e contenções, sinalizações verticais e horizontais, iluminação, equipamentos de proteção e seguranças, drenagens, recuperações de OAE's e duplicações, totalizando um investimento de R$232,2 milhões. No 3T25 o investimento foi de R$82,7 milhões em atendimento as implementações iniciais para inicialização da operação.

No 9M26 o investimento totalizou R$485 milhões frente a R$237 investidos no 9M25, apresentando uma variação de R$248 milhões.

Endividamento

R$ mil	3T26	3T25	Δ%	9M26	9M25	Δ%
Dívida bruta	**1.021.573**	-	-	**1.021.573**	-	-
Longo prazo	1.021.573	-	-	1.021.573	-	-
Posição de caixa	**947.680**	-	-	**947.680**	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	490.885	-	-	490.885	-	-
Aplicações financeiras	456.795	-	-	456.795	-	-
Dívida líquida	**73.893**	-	-	**73.893**	-	-

Em agosto de 2026, a Companhia recebeu R$1,0 bilhão proveniente da captação de recursos por meio da sua 1ª emissão de debêntures, em série única, remunerada à taxa de CDI acrescida de 2,0% ao ano.

Ao final do 3º trimestre de 2026, a dívida bruta totalizou R$1.021,6 milhões, refletindo principalmente a atualização financeira vinculada ao CDI. Considerando a posição de caixa de R$948,0 milhões, a dívida líquida da Companhia é de R$74,0 milhões.

Considerações finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a normal internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Curitiba, 12 de novembro de 2026.

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR

1. Contexto operacional

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, situada na Avenida Sete de Setembro, 4476, Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como objeto social a exploração do lote rodoviário federal BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2023, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") vencido em 25 de agosto de 2023, sob a forma de concessão de serviço iniciado em 26 de janeiro de 2024, compreendendo a prestação de serviços de execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia e realização dos investimentos necessários.

A Companhia tem como única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A., que por sua vez tem como controladora final do Grupo o (i) Oregon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, (ii) Patria Infraestrutura V Master Brasil Fundo de Investimento em Participações, (iii) Patria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações e (iv) Pátria Via Araucária Co-Investimento Fip Multiestratégia Responsabilidade Limitada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão foi celebrado em 30 de janeiro de 2024, com prazo de 30 anos para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário que compõem o Lote 1 Paraná e integram a concessão as praças de pedágio P1 – S. L. Do Purunã – PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 – Lapa – PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 – Porto Amazonas – PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 – Imbituva – PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 – Irati – PR (km 256+100) da BR-277/PR.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Nos termos do contrato, a Companhia assumiu compromissos de implantação das seguintes obras:

- 344 km de duplicação de rodovia;
- 215 km de faixas adicionais;
- 32 km de vias marginais;
- 27 km de ciclovias;
- 63 interseções;
- 20 correções de traçado;
- 12 passarelas;
- 92 melhorias de acesso;
- 3 km de barreira antirruído;
- 14 passagens de fauna;
- 31 caixa de produtos perigosos.

Os principais compromissos firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da verba de fiscalização que será

destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

(b) A Companhia deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Companhia, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Companhia assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro.

(e) A Companhia assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Companhia assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui compromissos contratuais de investimentos em infraestrutura, recuperações e manutenções necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, cujo montante estimado ainda compromissado totaliza R$8,6 bilhões, a ser executado ao longo do prazo remanescente da concessão. Tais valores estão sujeitos a revisões decorrentes de eventuais adequações contratuais e da atualização das estimativas de custos, sendo pelo menos anualmente revisados.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e políticas contábeis materiais

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Report* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Trimestrais - ITR.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das informações contábeis intermediárias foram autorizadas e aprovadas pela Administração em 12 de novembro de 2026.

Base de mensuração

No trimestre de 01 de julho de 2026 a 30 de setembro de 2026 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2026 a 30 de setembro de 2026 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações.

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2025 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Essas informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas considerando o OCPC 07 – Notas Explicativas, o qual reforça requisitos básicos de divulgação das normas existentes e sugere uma divulgação menos genérica com foco em: (i) informações relevantes para os usuários, (ii) aspectos quantitativos e qualitativos e (iii) de riscos.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de provisão para manutenção nota explicativa 20.

3. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Caixa e equivalentes de caixa, conta corrente restrita e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

Circulante	30.09.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	1.005	1.700
Aplicações financeiras	489.880	282.108
Total	**490.885**	**283.808**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. Em 30 de setembro de 2026, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,23% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,65% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 27.

b) Conta da concessão restrita

	30.09.2026	31.12.2025
	Não circulante	Não circulante
Saldo inicial	**66.946**	**40.007**
Retenção (a)	14.450	18.252
Compensação DUF (b)	(3.823)	(4.574)
Mecanismo da Receita (c)	-	7.404
Rendimento líquido (d)	6.189	5.857
Saldo final	**83.762**	**66.946**

(a) Valor correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta, destinado à conta da concessão, nos termos do item 12 do Contrato de Concessão.
(b) Compensação decorrente do Desconto de Usuário Frequente (DUF), nos termos do item 12 do Contrato de Concessão.
(c) Mecanismo de Mitigação do Risco da Receita, instrumento de proteção à variação de demanda de tráfego para ambas as partes. O Contrato do Lote 1 prevê uma compensação à outra parte se variação da arrecadação da receita tarifária estimada nos estudos da proposta do Leilão for superior ou inferior ao limite estabelecido da Tabela adotada como referência nos termos do Anexo 14.
(d) Rendimento líquido gerado sobre os recursos mantidos em aplicação financeira durante o período, líquidos dos tributos incidentes.

A Companhia possui conta bancária de titularidade própria, classificada como de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, em atendimento às disposições do Edital e do Contrato de Concessão. No ato de sua constituição, foram outorgados poderes exclusivos de movimentação à ANTT, sendo vedado à Companhia o acesso direto aos valores.

Trata-se de Contas da Concessão, sendo Conta de Aporte vinculada aos Recursos Vinculados oriundos do lance vencedor do leilão de concessão, com a finalidade de constituir garantia do cumprimento das obrigações contratuais junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Conta de Ajuste vinculada aos depósitos de valores gerados pela Concessão, onde mensalmente, são creditados os valores retidos a título de ônus da concessão, conforme percentual estabelecido contratualmente sobre a receita bruta. Além disso, a conta é

remunerada por rendimentos financeiros, cujos valores permanecem integralmente vinculados às finalidades da conta.

A Conta da Concessão é apresentada no balanço patrimonial na rubrica de ativos não circulantes restritos, refletindo sua natureza jurídica e contratual de indisponibilidade operacional, e os recursos nela mantidos somente poderão ser utilizados mediante autorização da autoridade concedente, para os fins previstos no Edital e no Contrato (Garantia).

c) Aplicações financeiras

Circulante	30.09.2026	31.12.2025
Aplicações financeiras	456.795	50.166
Total	**456.795**	**50.166**

CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 99,5% a.a. em 30 de setembro de 2026 (98% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

5. Contas a receber

Estão representados por:

	30.09.2026	31.12.2025
Pedágio eletrônico a receber (*)	46.363	39.102
Cupons de pedágio a receber	7	4
Vale pedágio a receber	1.817	2.057
Outras arrecadações de pedágio	450	410
Total	**48.637**	**41.573**

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas das instituições intermediárias no processo de meios de pagamentos automáticos, Operadoras de Serviço de Arrecadação – “OSA”. O prazo de vencimento acordado em contrato com as OSA’s é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa 27.

6. Impostos a recuperar

Os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

	30.09.2026	31.12.2025
Circulante	6.995	4.790
	6.995	**4.790**

Estão representados por:

a) IRPJ e CSLL a recuperar

	30.09.2026	31.12.2025
Imposto de renda a recuperar (IRPJ)	2.018	34
Contribuição social a recuperar (CSLL)	684	17
Total circulante	**2.702**	**51**

b) Tributos a recuperar

	30.09.2026	31.12.2025
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.244	4.677
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4	4
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN	3	3
Outros	41	54
Total circulante	**4.293**	**4.739**

7. Despesas antecipadas

Estão representados por:

	30.09.2026	31.12.2025
Prêmios de seguros a apropriar (a)	4.467	2.944
Outras despesas antecipadas a apropriar (b)	69	1
Total	**4.536**	**2.945**
Circulante	3.567	2.535
Não circulante	969	410
	4.536	**2.945**

(a) Prêmios de seguros tem a sua apropriação de acordo com o período de vigência individual de cada apólice.
(b) IPVA e IPTU apropriação mensal para o período do ano.

8. Estoque

Estão representados por:

	30.09.2026	31.12.2025
Material para pavimentação	56	19
Elementos de proteção e segurança	1.652	1.930
Material de sinalização	3.476	4.230
Outros	1.860	1.885
Total	**7.044**	**8.064**

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025 é como segue:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.693	66.468	25.856	32.088
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	(4.996)	(22.599)	(8.791)	(10.910)
Adições e exclusões permanentes, líquidas	136	842	56	(2)
Total imposto apurado	**(4.860)**	**(21.757)**	**(8.735)**	**(10.912)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.472)	(44.330)	(23.927)	(56.692)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(388)	22.573	15.192	45.780
	(4.860)	**(21.757)**	**(8.735)**	**(10.912)**
Alíquota efetiva de impostos	(33%)	(33%)	(34%)	(34%)

b) Saldos patrimoniais diferido

	30.09.2026	31.12.2025
Diferenças temporárias:		
Provisão de participação nos lucros	4.506	8.019
Riscos cíveis e trabalhistas	1.028	288
Outras provisões	425	566
Provisão para manutenção de rodovias	433.480	362.552
Arrendamentos	1.169	-
Juros capitalizados	(2.794)	-
Base de cálculo diferenças temporárias	**437.814**	**371.425**
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	**148.857**	**126.284**

c) Valores reconhecidos no resultado do período

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Diferenças temporárias:				
Provisão de participação nos lucros	1.926	(3.513)	2.194	164
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(332)	740	159	214
Outras provisões	(654)	(141)	(161)	(29)
Provisão para manutenção de rodovias	623	70.928	42.493	135.216
Arrendamentos	90	1.169	-	(916)
Juros capitalizados	(2.794)	(2.794)	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias	**(1.141)**	**66.389**	**44.685**	**134.649**
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total diferenças temporárias	**(388)**	**22.573**	**15.192**	**45.780**

10. Direito de uso

A movimentação é como segue:

	31.12.2025	Adições	Remensuração	Baixas	30.09.2026
Custo					
Veículos (a)	10.416	5.962	48	(303)	16.123
Imóveis	2.848	-	51	(1.039)	1.860
Total custo	13.264	5.962	99	(1.342)	17.983
Amortização acumulada					
Veículos	(3.730)	(2.498)	-	158	(6.070)
Imóveis	(814)	(224)	-	155	(883)
Total amortização acumulada	(4.544)	(2.722)	-	313	(6.953)
Direito de uso líquido	**8.720**	**3.240**	**99**	**(1.029)**	**11.030**

	31.12.2024	Adições	Remensuração	Baixas	31.12.2025
Custo					
Veículos (a)	5.431	4.840	262	(117)	10.416
Imóveis	1.820	947	81	-	2.848
Máquinas e equipamentos (b)	4.198	-	-	(4.198)	-
Guinchos	3.885	-	-	(3.885)	-
Outros (c)	181	-	-	(181)	-
Total custo	15.515	5.787	343	(8.381)	13.264
Amortização acumulada					
Veículos	(1.116)	(2.642)	-	28	(3.730)
Imóveis	(343)	(471)	-	-	(814)
Máquinas e equipamentos	(3.498)	(700)	-	4.198	-
Guinchos	(3.237)	(648)	-	3.885	-
Outros	(166)	(15)	-	181	-
Total amortização acumulada	(8.360)	(4.476)	-	8.292	(4.544)
Direito de uso líquido	**7.155**	**1.311**	**343**	**(89)**	**8.720**

(a) Refere-se à locação de veículos administrativos e veículos relacionados a operação da rodovia.
(b) Refere-se à locação de máquinas relacionadas a conservação de rodovias.
(c) Refere-se à locação de *containers*.

Vida útil média em anos	30.09.2026	31.12.2025
Veículos	4	4
Imóveis	4	4
Máquinas e equipamentos	-	1
Guinchos	-	1
Outros	-	1

11. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	31.12.2025	Adições	Baixas	Transferências (*)	30.09.2026
Custo					
Móveis e utensílios	266	197	-	-	463
Computadores e periféricos	3.460	577	-	-	4.037
Veículos	23.191	1.305	(442)	237	24.291
Instalações, edifícios e dependências	155	-	-	-	155
Máquinas e equipamentos	20.446	1.509	(431)	-	21.524
Outras imobilizações	1.800	1.272	(168)	221	3.125
Total custo	49.318	4.860	(1.041)	458	53.595
Depreciação acumulada					
Móveis e utensílios	(23)	(24)	-	-	(47)
Computadores e periféricos	(1.051)	(556)	-	-	(1.607)
Veículos	(5.574)	(3.523)	206	-	(8.891)
Instalações, edifícios e dependências	(11)	(12)	-	-	(23)
Máquinas e equipamentos	(3.430)	(1.545)	72	-	(4.903)
Outras imobilizações	(163)	(100)	16	-	(247)
Total amortização acumulada	(10.252)	(5.760)	294	-	(15.718)
Imobilizado líquido	**39.066**	**(900)**	**(747)**	**458**	**37.877**

	31.12.2024	Adições	Transferências (*)	31.12.2025
Custo				
Móveis e utensílios	68	198	-	266
Computadores e periféricos	2.870	590	-	3.460
Veículos	15.243	7.948	-	23.191
Instalações, edifícios e dependências	-	109	46	155
Máquinas e equipamentos	19.363	1.129	(46)	20.446
Outras imobilizações	760	790	250	1.800
Total custo	38.304	10.764	250	49.318
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	(3)	(20)	-	(23)
Computadores e periféricos	(437)	(614)	-	(1.051)
Veículos	(1.631)	(3.943)	-	(5.574)
Instalações, edifícios e dependências	-	(11)	-	(11)
Máquinas e equipamentos	(1.471)	(1.959)	-	(3.430)
Outras imobilizações	(53)	(110)	-	(163)
Total amortização acumulada	(3.595)	(6.657)	-	(10.252)
Imobilizado líquido	**34.709**	**4.107**	**250**	**39.066**

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para o imobilizado.

Taxas de depreciação - a.a.	30.09.2026	31.12.2025
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Veículos	20%	20%
Instalações, edifícios e dependências	10%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Outras imobilizações	20%	20%

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui bens dados em garantia em processos judiciais.

12. Intangível em operação e infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

	31.12.2025	Adições	Transferências (*)	30.09.2026
Custo				
Intangível em rodovias – obras e serviços	548.653	37.569	33.744	619.966
Direito de outorga da concessão (**)	28.577	-	-	28.577
Software	3.554	1.083	231	4.868
Total custo	580.784	38.652	33.975	653.411
Amortização acumulada				
Intangível em rodovias – obras e serviços	(117.235)	(64.560)	-	(181.795)
Direito de outorga da concessão	(1.751)	(717)	-	(2.468)
Software	(144)	(97)	-	(241)
Total amortização acumulada	(119.130)	(65.374)	-	(184.504)
Intangível em operação	**461.654**	**(26.722)**	**33.975**	**468.907**
Adiantamento a fornecedores (a)	56.290	117.919	(53.020)	121.189
Infraestrutura em construção (b)	188.717	392.331	18.587	599.635
Juros capitalizados (c)	-	2.794	-	2.794
Infraestrutura em construção	**245.007**	**513.044**	**(34.433)**	**723.618**
Intangível líquido	**706.661**	**486.322**	**(458)**	**1.192.525**

	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	31.12.2025
Custo					
Intangível em rodovias – obras e serviços	404.099	118.621	(59)	25.992	548.653
Direito de outorga da concessão (**)	28.577	-	-	-	28.577
Software	2.862	640	-	52	3.554
Total custo	435.538	119.261	(59)	26.044	580.784
Amortização acumulada					
Intangível em rodovias – obras e serviços	(21.823)	(95.413)	1	-	(117.235)
Direito de outorga da concessão	(796)	(955)	-	-	(1.751)
Software	(42)	(102)	-	-	(144)
Total amortização acumulada	(22.661)	(96.470)	1	-	(119.130)
Intangível em operação	**412.877**	**22.791**	**(58)**	**26.044**	**461.654**
Adiantamento a fornecedores (a)	585	64.078	-	(8.373)	56.290
Infraestrutura em construção (b)	10.807	195.831	-	(17.921)	188.717
Infraestrutura em construção	**11.392**	**259.909**	**-**	**(26.294)**	**245.007**
Intangível líquido	**424.269**	**282.700**	**(58)**	**(250)**	**706.661**

Taxas de amortização - a.a.	30.09.2026	31.12.2025
Intangível em rodovias – obras e serviços	(***)	(***)
Direito de outorga da concessão	(***)	(***)
Software	20%	20%

(*) O saldo refere-se à transferência de infraestrutura em construção para o intangível e reclassificação de intangível para imobilizado.

(**) Recursos referente a direito de outorga pago conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional.

(***) Prazo remanescente da concessão

(a) Refere-se a adiantamentos a fornecedores por serviços nas rodovias.

(b) Refere-se a serviços de projetos e estudos para a expansão nas rodovias, conforme previsto no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem e outros.

(c) Refere-se à capitalização dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, em conformidade com o CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

13. Partes relacionadas

As transações efetuadas entre as partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e as transações realizadas no resultado em 30 de setembro de 2026 e 2025 com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

	30.09.2026	31.12.2025
Ativo circulante		
Contas a receber:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	-	493
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	-	399
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	-	32
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	115	114
Via Campo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	1.218	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	-	862
Contas a receber de partes relacionadas circulante	**1.333**	**1.900**

Passivo circulante		
Contas a pagar:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	40	59
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	334	936
Via Campo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	12	-
Contas a pagar de partes relacionadas circulante	**386**	**995**
Dividendos a pagar:		
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (b)	814	814
Total dos dividendos a pagar	**814**	**814**
Total parte relacionada no passivo circulante	**1.200**	**1.809**

Movimentos de resultados estão representados por:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Contas de resultado				
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	(40)	(452)	(59)	219
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	-	(157)	-	542
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(1.781)	(4.762)	(1.885)	(5.770)
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	-	-	-	1.176
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	(664)	(664)	-	-
Via Campo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	1.204	1.429	-	-
Via Raposo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	-	46	-	-
Vita Sertão Concessionária de Saneamento S.A. (a)	-	465	-	-
Reúne Gestão E Estratégia S.A. (a)	-	(1)	-	-
Total	**(1.281)**	**(4.096)**	**(1.944)**	**(3.833)**

(a) Referem-se a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa da IBH I Serviços e Participações S.a., que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa 22 (c).

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2026, foi aprovado em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores em até R$10.000 para o ano de 2026 (R$5.783 para dezembro de 2025).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Composição:				
Salário	749	2.187	695	2.023
Bônus variáveis	-	2.298	-	730
Encargos	329	961	306	889
Provisão (Férias, 13º)	145	425	135	393
Outros benefícios	107	349	153	457
Total	**1.330**	**6.220**	**1.289**	**4.492**

14. Fornecedores

Passivo circulante	30.09.2026	31.12.2025
Fornecedores nacionais	55.457	30.106
Fornecedores provisão (a)	12.784	7.930
Total fornecedores circulante	**68.241**	**38.036**

Em 30 de setembro de 2026, o saldo no passivo circulante de R$68.241 (R$38.036 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados predominantemente à concessão.

(a) Provisão de notas fiscais de prestação de serviço e material registrada em virtude do período de competência.

15. Credor pela concessão e taxa de fiscalização

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Companhia não paga ônus fixo e/ou ônus variável ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado.

Os compromissos financeiros firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

a) Taxa de fiscalização

Ao longo de todo o prazo de concessão deve ser recolhido à ANTT, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

Em 30 de setembro de 2026 o montante pago de verba de fiscalização foi de R$10.744 (R$9.983 em 30 de setembro de 2025) e o saldo no passivo circulante a pagar é de R$1.248 (R$1.193 em 31 de dezembro de 2025).

b) Credor pela concessão

Correspondente a retenção de 3% (três por cento) da receita bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado entre 0% (zero por cento) e 6% (seis por cento) em razão da aplicação do Mecanismo de Proteção Cambial, na forma prevista no contrato.

Em 30 de setembro de 2026 o montante do compromisso a pagar é R$85.973 (R$68.637 em 31 de dezembro de 2025).

16. Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais

Estão representados por:

	30.09.2026	31.12.2025
Salário e remunerações a pagar	1.056	442
Provisão para participação nos lucros ou resultados	3.311	6.761
Encargos sociais e previdenciários	1.809	2.133
Provisões férias e 13º salários	8.161	5.024
Total obrigações sociais	**14.337**	**14.360**

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Estão representados por:

	30.09.2026	31.12.2025
Imposto de renda - IRPJ	-	11.409
Contribuição social - CSLL	-	5.549
Total IRPJ e CSLL	**-**	**16.958**
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	97	207
Programa de integração social - PIS	423	368
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.057	1.741
Tributos federais retidos	1.615	995
Obrigações fiscais federais	4.192	3.311
Impostos sobre serviços - ISS	5.014	3.714
Obrigações fiscais municipais	5.014	3.714
Total obrigações fiscais	**9.206**	**7.025**

18. Arrendamento mercantil

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2026	31.12.2025
Saldo inicial	9.668	8.071
Adições	5.962	5.787
Remensuração	99	343
Juros provisionado	807	1.087
Pagamento de principal	(2.501)	(4.444)
Pagamento de juros	(807)	(1.087)
Baixa	(1.029)	(89)
Saldo final	**12.199**	**9.668**
Passivo circulante	5.335	3.789
Passivo não circulante	6.864	5.879

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$807 em juros provisionados de arrendamento (R$1.087 em 31 de dezembro de 2025).

A taxa média de desconto é de 13,87% a.a. em 30 de setembro de 2026 (15,16% a.a. em 30 de setembro de 2025), a determinação da taxa de desconto utilizada tem como base a taxa incremental utilizando premissas de mercado.

Em 30 de setembro de 2026, a realização da parcela não circulante do arrendamento apresenta os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	30.09.2026	31.12.2025
2027	1.247	3.685
2028	2.711	1.174
2029	2.364	593
Após 2029	542	427
	6.864	**5.879**

19. Debêntures

1ª emissão de debêntures

Em 05 de agosto de 2026, foi realizado a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, com vencimento em 05 de agosto de 2028. O montante total da emissão foi de R$1.000.000, com taxa contratual CDI + 2,0% a.a., correspondente a 1.000.000 (um milhão) de debêntures com valor nominal unitário de R$1 (mil reais). As debêntures foram subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal unitário. A totalidade dos recursos captados por meio da emissão será destinada para obras de melhoria, ampliações, recuperação e manutenção dos projetos de investimento.

A emissão das Debêntures não está sujeita ao cumprimento de *covenants* financeiros, entretanto, possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado automático, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos abaixo:

(i) não pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário, dos Juros Remuneratórios e/ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas ao Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão, que não tenha sido sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado das respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão;

(ii) ocorrência de: (i) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou decretação de falência da Emissora e/ou da Acionista Direta; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Acionista Direta, independentemente de deferimento do respectivo pedido; (iii) requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Acionista Direta; (iv) pedido de falência relativo à Emissora e/ou à Acionista Direta formulado por terceiros que não tenha sido elidido e/ou obtida decisão com efeito suspensivo no prazo legal; e/ou (v) requerimento pela Emissora e/ou pela Acionista Direta de tutela cautelar ou outra medida preparatória de recuperação judicial, ou, ainda, conciliação ou mediação antecedente com grupo de credores ao processo de recuperação judicial, independentemente de deferimento ou de sua concessão pelo juiz competente;

(iii) extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução dos Fundos Acionistas (conforme abaixo definido);

(iv) perda definitiva, extinção ou término antecipado da Concessão (conforme definido abaixo), por motivos atribuíveis à Emissora, inclusive por caducidade ou anulação da Concessão por meio de decisão administrativa irrecorrível e/ou decisão judicial transitada em julgado. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Concessão" ou "Projetos de Investimento" os projetos de operação e exploração da concessão do serviço público de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário BR 277/373/376/476 e PR-418/423/427, nos termos do Edital de Concessão nº01/2023, publicado pela ANTT, e do Contrato de Concessão nº01/2023 celebrado entre a Emissora e a ANTT ("Contrato de Concessão");

(v) inadimplemento e/ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas ou obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, que representem montante individual ou agregado superior a R$50.000 ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período;

(vi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela (i) Emissora, de obrigações assumidas pela Emissora (x) nesta Escritura de Emissão, e/ou (y) nos Contratos de Garantia ou no Contrato de Conta Vinculada; ou (ii) pela Acionista Direta, de obrigações assumidas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações,

conforme aplicável, exceto, em relação aos subitens (i) e (ii), conforme permitido nos Documentos da Oferta;

(vii) transformação da Emissora em outro tipo societário, de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) alteração da composição societária da Emissora, de modo que a Holding III deixe de deter o controle direto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora; (ii) alteração da composição societária da Infra BR V Rodovias Holding II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.237.198/0001-25 ("Holding II"), de modo que a Infra BR V Rodovias Holding I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.221.609/0001-94 ("Holding I" e, em conjunto com a Holding II e a Holding III, as "Acionistas") deixe de deter o controle direto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Holding II; e/ou (iii) alteração da composição societária da Holding I, de modo que os Fundos Acionistas deixem de deter o controle direto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Holding I, em qualquer caso, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, exceto pelas Transferências Permitidas ou conforme autorizado nesta Escritura de Emissão, observado que os aditamentos à presente Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia aplicáveis para refletir alterações de composição societária, conforme permitidas nos termos deste inciso, serão desde já permitidos sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas;

(ix) declaração judicial, com base em decisão cujos efeitos não tenham sido suspensos de acordo com o prazo judicial estabelecido para tal suspensão ou, na falta deste, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da decisão, de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexequibilidade total desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia ou do Contrato de Conta Vinculada, bem como de respectivos aditamentos, conforme aplicável, e/ou de quaisquer de suas respectivas disposições;

(x) questionamento judicial pela Emissora e/ou por qualquer de seus respectivos acionistas diretos ou indiretos, de qualquer termo ou condição desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia ou do Contrato de Conta Vinculada ou de seus eventuais aditamentos, conforme aplicável;

(xi) cessão, venda, locação, alienação, transferência e/ou qualquer forma de disposição de ativos contabilizados no ativo não circulante da Emissora, exceto em caso de obsolescência ou desgaste, e/ou pela substituição de ativos da Emissora, desde que permitidas no âmbito do Contrato de Concessão e que não afetem a devida execução dos serviços a serem prestados pela Emissora nos termos a serem estipulados no Contrato de Concessão;

(xii) constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus sobre os ativos onerados no âmbito das Garantias Reais, independentemente do valor, exceto (a) por ônus ou gravames constituídos em decorrência de exigência legal ou determinação de autoridade competente, tais como tributários, comerciais ou outros similares; (b) pelo Compartilhamento Autorizado; (c) garantias reais sob condição suspensiva correspondente à integral quitação da presente Emissão sobre os bens objeto das Garantias Reais, subordinadas, portanto, às Garantias Reais descritas nesta Escritura de Emissão e/ou (d) em decorrência da constituição das Garantias Longo Prazo após a Liberação das Garantias – Financiamento de Longo Prazo, conforme previsto na Cláusula 4.25.5 acima;

(xiii) destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão; e

(xiv) caso os Fundos Acionistas, em conjunto, deixem de deter quotas subscritas e não integralizadas, junto a seus respectivos quotistas, no montante agregado correspondente a, pelo menos, R$250.000, que estejam prontamente disponíveis para integralização pelos seus quotistas, nos termos dos respectivos formulários de informações quadrimestrais disponibilizados, de tempos em tempos, no site da CVM, sendo que a integralização somente será realizada para fins do Projeto de Investimento.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

A composição das debêntures é como segue:

Emissão	Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	30.09.2026	31.12.2025
1ª emissão	Série única	1.000.000	CDI + 2,00%	05.08.2028	1.021.573	-
Custo de transação	-	-	-	05.08.2028	(4.573)	-
					1.017.000	**-**

Os saldos e movimentações estão representados por:

	30.09.2026		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Captações	-	1.000.000	1.000.000
Juros provisionados	-	21.573	21.573
	-	1.021.573	1.021.573
Custo de transação	-	(4.573)	(4.573)
Saldo final	**-**	**1.017.000**	**1.017.000**

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário, conforme descrito a seguir:

Emissão	Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	Série única	05.08.2026	1.000.000	1.000	10.08.2026	1.000.000

20. Provisão de manutenção

A Companhia constitui provisão de manutenção com o objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente, considerando os valores da próxima intervenção no ciclo de 5 anos.

A composição dos saldos da provisão de manutenção é como segue:

	30.09.2026		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	139.253	223.299	362.552
Adições/Reversões	47.023	76.417	123.440
Utilizações	(88.909)	-	(88.909)
Ajuste a valor presente	19.858	16.539	36.397
Transferências	111.759	(111.759)	-
Saldo final	**228.984**	**204.496**	**433.480**

	31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	81.553	132.825	214.378
Adições/Reversões	57.661	158.705	216.366
Utilizações	(66.145)	-	(66.145)
Ajuste a valor presente	13.631	(15.678)	(2.047)
Transferências	52.553	(52.553)	-
Saldo final	**139.253**	**223.299**	**362.552**

A Companhia reconheceu no resultado em 30 de setembro de 2026 o valor de R$159.837 (R$185.942 em 30 de setembro de 2025) em provisão para manutenção.

21. Provisão para riscos processuais e depósitos judiciais

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise da jurisprudência aplicável, classifica a probabilidade de perda dos processos em provável, possível ou remota e entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

A composição do risco é como segue:

	30.09.2026		31.12.2025	
Probabilidade de perda	**Provável**	**Possível**	**Provável**	**Possível**
Natureza do risco:				
Cíveis (a)	366	-	230	-
Trabalhistas (b)	662	-	58	1.405
Total	**1.028**	**-**	**288**	**1.405**

A movimentação dos saldos dos riscos é como segue:

	31.12.2025	**Constituição/ Reversão**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**30.09.2026**
Cíveis (a)	230	544	(489)	81	366
Trabalhistas (b)	58	714	(254)	144	662
Total	**288**	**1.258**	**(743)**	**225**	**1.028**

	31.12.2024	**Constituição/ Reversão**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**31.12.2025**
Cíveis (a)	-	335	(138)	33	230
Trabalhistas (b)	-	111	(65)	12	58
Total	**-**	**446**	**(203)**	**45**	**288**

(a) Processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, em que a Companhia é parte.

(b) Processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros, em que a Companhia é parte.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$1.483 (R$380 em 30 de setembro de 2025) em provisão para riscos processuais.

A composição dos depósitos judiciais é como segue:

Depósitos judiciais	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Cíveis	1	-
Trabalhistas	122	36
Total	**123**	**36**

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2026 é de R$735.074 (R$735.074 em 31 de dezembro de 2025), compostos por 735.074.410 (735.074.410 em 31 de dezembro de 2025), ações ordinárias e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas, pela única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A..

b) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê em cada exercício social a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A..

A Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* Assembleia Geral Ordinária, juros sobre capital próprio.

23. Receitas

Estão representadas por:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Receita de pedágio	164.708	487.296	159.250	458.122
Receita acessória	571	851	87	239
Receita de serviços de construção (a)	232.217	485.024	82.699	236.985
Receita bruta	**397.496**	**973.171**	**242.036**	**695.346**
Imposto Sobre Serviços - ISS	(8.257)	(24.395)	(7.964)	(22.911)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(4.960)	(14.650)	(4.782)	(13.762)
Programa de Integração Social - PIS	(1.074)	(3.174)	(1.036)	(2.982)
Deduções	**(14.291)**	**(42.219)**	**(13.782)**	**(39.655)**
Receita líquida	**383.205**	**930.952**	**228.254**	**655.691**

(a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. A receita de construção foi reconhecida de acordo com ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

24. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Com pessoal	(20.498)	(60.285)	(18.758)	(58.669)
Comunicação e *marketing*	(62)	(300)	(104)	(220)
Conservação	(5.405)	(15.763)	(5.248)	(18.344)
Consumo	(1.219)	(4.027)	(1.408)	(3.035)
Custos de serviços da construção	(232.217)	(485.024)	(82.699)	(236.985)
Depreciação / Amortização	(24.075)	(73.856)	(27.469)	(79.967)
Manutenção de bens e conservação	(568)	(2.388)	(1.563)	(3.224)
Ônus variável	(5.057)	(14.733)	(4.776)	(17.586)
Provisão de manutenção em rodovias	(37.378)	(123.440)	(53.426)	(178.112)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	188	(1.258)	(227)	(366)
Publicações legais	(1)	(7)	(5)	(8)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(552)	(2.095)	(125)	(125)
Seguros / Garantias	(1.005)	(3.291)	(1.090)	(3.298)
Serviços de terceiros (*)	(7.100)	(21.673)	(7.314)	(32.981)
Transportes	(1.538)	(5.156)	(1.919)	(4.879)
Verba de fiscalização	(3.641)	(10.797)	(3.422)	(10.078)
Outros	(2.089)	(5.413)	(2.133)	(6.719)
Total	**(342.217)**	**(829.506)**	**(211.686)**	**(654.596)**
Custo dos serviços prestados	(327.379)	(782.707)	(196.373)	(600.691)
Despesas gerais e administrativas	(14.838)	(46.799)	(15.313)	(53.905)
Total	**(342.217)**	**(829.506)**	**(211.686)**	**(654.596)**

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviço de limpeza, vigilância e outros.

25. Resultado financeiro

Estão representados por:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita financeira:				
Aplicações financeiras	17.203	34.566	14.081	41.842
Outras receitas	2	163	7	10
Total receita financeira	**17.205**	**34.729**	**14.088**	**41.852**
Despesa financeira:				
Encargos financeiros sobre debêntures	(18.779)	(18.779)	-	-
Encargos financeiros sobre provisão de manutenção	(11.968)	(36.397)	(3.957)	(7.830)
Encargos financeiros sobre arrendamento mercantil	(303)	(807)	(196)	(679)
Tributos s/receitas financeiras	(800)	(1.615)	(655)	(1.946)
Atualização monetária sobre provisão de contingência	24	(225)	(3)	(14)
Outras despesas (*)	(11.460)	(11.796)	(212)	(849)
Total despesa financeira	**(43.286)**	**(69.619)**	**(5.023)**	**(11.318)**
Total resultado financeiro	**(26.081)**	**(34.890)**	**9.065**	**30.534**

(*) Refere-se a despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras – IOF, juros e multas sobre obrigações e outros.

26. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	30.09.2026		30.09.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Resultado do período	9.833	44.711	17.121	21.176
Número de ações durante o período	735.074	735.074	735.074	735.074
Resultado por ação	**0,0134**	**0,0608**	**0,0233**	**0,0288**

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e debêntures vinculadas à variação do CDI.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas

correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se darão de forma bem distribuída durante todo o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresenta valores a receber de R$48.637 (R$41.573 em 31 de dezembro de 2025), sendo 95,3% (94,1% em 31 de dezembro de 2025) deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – "OSAs", decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a Administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas 4 e 5. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia projeta que as obrigações financeiras exigíveis serão cumpridas mediante recursos oriundos de atividades de financiamento. A Administração entende que a geração e captação de recursos serão suficientes para fazer frente às obrigações financeiras à medida que se tornam exigíveis.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

30 de setembro de 2026	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	68.241	68.241	68.241	-
Arrendamento mercantil a pagar	12.199	14.107	6.168	7.939
Contas a pagar - partes relacionadas	386	386	386	-
Debêntures - CDI	1.021.573	1.340.195	-	1.340.195
Credores pela concessão	85.973	85.973	85.973	-
	1.188.372	**1.508.902**	**160.768**	**1.348.134**

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	38.036	38.036	38.036	-
Arrendamento mercantil a pagar	9.668	11.343	4.457	6.886
Contas a pagar - partes relacionadas	995	995	995	-
Credores pela concessão	68.637	69.528	69.528	-
	117.336	**119.902**	**113.016**	**6.886**

Análise de sensibilidade

O perfil financeiro da Companhia, têm estrutura atual composta por aplicações financeiras e debêntures atreladas ao CDI.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou o seguinte cenário:

Cenário Base (Provável): Mantida a taxa CDI vigente no encerramento do período, considerando como referência o cenário econômico corrente, com cenário para os próximos 12 meses, obtido da projeção do BACEN no boletim Focus de 25 de setembro de 2026 publicado em 28 de setembro de 2026.

A taxa considerada foi:

		Cenário provável
Referência para ativos financeiros	**30.09.2026**	**31.12.2025**
CDI ativo (% a.a.)	11,90%	12,15%
CDI passivo (% a.a.)	11,90%	12,15%

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

	Exposição em		**Cenário provável**	
Instrumentos	**30.09.2026**	**Risco**	**%**	**Valor**
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	946.675	CDI	11,90%	112.654
Debêntures	(1.021.573)	CDI	11,90%	(121.567)
Total	**(74.898)**			**(8.913)**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

	Exposição em		**Cenário provável**	
Instrumentos	**31.12.2025**	**Risco**	**%**	**Valor**
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	332.274	CDI	12,15%	40.371
Total	**332.274**			**40.371**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível		30.09.2026	31.12.2025
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	(i)	490.885	283.808
Aplicações financeira	-	(i)	456.795	50.166
Conta corrente restrita	-	(i)	83.762	66.946
Contas a receber clientes	-	(i)	48.637	41.573
Contas a receber - partes relacionadas	-	(i)	1.333	1.900
Outros Créditos	-	(i)	154	180
Depósitos judiciais	-	(i)	123	36
Total do ativo			**1.081.689**	**444.609**
Passivo				
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(ii)	386	995
Debêntures	-	(ii)	1.017.000	-
Fornecedores	-	(ii)	68.241	38.036
Taxa de fiscalização	-	(ii)	1.248	1.193
Credores pela concessão	-	(ii)	85.973	68.637
Outras contas a pagar	-	(ii)	533	700
Arrendamento mercantil a pagar	-	(ii)	12.199	9.668
Total do passivo			**1.185.580**	**119.229**

(i) custo amortizado
(ii) outros passivos financeiros

Mensuração a valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de mensuração do valor justo:

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa, conta corrente restrito, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas se aproximam do valor justo na data do balanço patrimonial.

28. Seguros e garantias

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária.

Em 30 de setembro de 2026, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Seguro garantia (a)	521.462	até junho de 2028
Risco de engenharia (b)	260.000	até maio de 2028
Responsabilidade civil geral (c)	40.000	até julho de 2027

(a) indenização no caso de descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa de assinatura do Contrato de Concessão, não atendimento das exigências para a assinatura do contrato, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

(b) cobertura de todas as obras civis e instalações e montagens para a construção, adequação/reforma geral e manutenção ampla das cinco praças de pedágios com prédios administrativos e edifícios de Serviços de Atendimento ao Usuário - SAU que existirem em conjunto com as praças.

(c) indenização a terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos nas obras cobertas pelo Risco de Engenharia (b).

29. Transações que não afetam o caixa

As aquisições de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção que não tiveram impacto direto sobre o fluxo de caixa corrente em 30 de setembro de 2026 e 2025, estão demonstradas a seguir:

Saldos a pagar no fim do período sem efeito caixa	**30.09.2026**	**30.09.2025**
Total das adições de intangível (a)	38.652	102.112
Total das adições de Infraestrutura em construção (a)	513.044	188.397
Total das adições de imobilizado (b)	4.860	10.273
Juros capitalizados (a)	(2.794)	-
Total das aquisições (adições)	**553.762**	**300.782**
Aquisição (adições)	(553.762)	(300.782)
Fornecedores	27.024	(7.406)
Obrigações fiscais	3.381	749
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	**(523.357)**	**(307.439)**
Fluxo de caixa imobilizado	(4.860)	(10.273)
Fluxo de caixa intangível	(518.497)	(297.166)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(523.357)**	**(307.439)**
Transações que não envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	30.405	(6.657)

	30.09.2026	**30.09.2025**
Outras transações que não envolvem caixa:		
Imposto de renda e contribuição compensados	4.866	6.031
Dividendos propostos e não pagos	814	323
Adições ao ativo direito de uso (c)	5.962	5.759

(a) Vide nota explicativa nº 12
(b) Vide nota explicativa nº 11
(c) Vide nota explicativa nº 10

30. Informações por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

A Companhia não possui grau de dependência relevante em relação a qualquer cliente individualmente considerado, ou a grupo de clientes sob controle comum, que represente receita igual ou superior a 10% da receita total do exercício. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação tarifária decorrente da operação da concessão rodoviária, a qual é caracterizada por alta pulverização entre os usuários da rodovia.

* * *

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor financeiro

Danilo Iankovski
Contador
CRC 1SC027138/O-0 T-PR

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.
Curitiba - Paraná

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registroscontábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de novembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres Finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a normal internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.
Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2026.

Curitiba, 12 de novembro de 2026.

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres Finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a normal internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.
Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2026.

Curitiba, 12 de novembro de 2026.

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR